

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO DE 2013 A AGOSTO /2014
 ANEXO À PORTARIA TRT-GP Nº 061/2014

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS SET/2013 A AGO/2014		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	549.591.689,07	10.212.477,75	559.804.166,52
Pessoal Ativo	406.412.743,45	6.722.460,68	413.135.204,13
Pessoal Inativo e Pensionistas	143.178.945,62	3.490.016,77	146.668.962,39
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	137.534.522,36	4.651.247,01	142.185.769,37
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	1.234,68	1.254,60	2.489,28
Despesas de Exercícios Anteriores	12.251.966,61	1.994.225,40	14.246.192,01
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	125.281.321,07	2.655.767,01	127.937.088,08
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	412.057.166,71	5.561.230,44	417.618.397,15
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)			676.655.840.000,00
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL – TDP sobre a RCL (V) = (III e /IV) * 100	0,060896%	0,000822%	0,061718%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,152336%	0,152336%		1.030.790.440,42
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,144719%	0,144719%		979.256.331,65
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) – 0,137102%	0,137102%		927.711.396,38

FONTE: SIAFI e COORDENADORIA DE CONTABILIDADE/SOF/TRT 6ª REGIÃO – 22.09.2014, 11h e 40m.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Foi pago o valor de R\$ 3.542.865,18 referente a Sentenças Judiciais de Pequeno Valor na UO 71103.

3) Não houve, no período, pagamento de Precatórios da Administração Direta. Sublinhe-se que foi realizado ajuste no seguinte valor: R\$ 37.709,10 (2013NS006054).

4) Não houve pagamento a título de Precatórios da Administração Indireta (Destaques) no período.

5) No período não houve cancelamento de Restos a Pagar não processados no Grupo de Despesa 1.

6) Pagamento de Auxílio-Funeral: R\$ 173.887,13 e R\$ 36.269,21 inscritos em RAP.

7) Pagamento de Auxílio-Natalidade: R\$ 29.488,00 e R\$ 3.203,00 inscritos em RAP.

IVANILDO DA CUNHA ANDRADE
Presidente do Tribunal

WLADEMIR DE SOUZA ROLIM
Diretor Geral

FLÁVIO ROMERO MENDES DE OLIVEIRA
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

AVANY GOMES DA CUNHA CAVALCANTI
Diretora Substituta da Secretaria de Auditoria e Controle Interno